

Igreja quer CORREIO BRASILIENSE 26 FEV. 1998 maior apoio à educação

Campanha da Fraternidade critica as ações do governo e sugere até aliança com o MST para erradicar o analfabetismo no país

Depois de criticar o governo por conta da superlotação nos presídios, no ano passado, a Igreja Católica se volta agora para a educação. A Campanha da Fraternidade deste ano, entre outras coisas, conclui que a educação ainda não é prioridade para o governo brasileiro.

Entre as sugestões para a erradicação do analfabetismo no país, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) recomenda a aliança do governo com organizações populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e até a adoção de programas como o bolsa-escola, do governo petista de Brasília.

“A situação da educação no Brasil é calamitosa”, afirmou dom Raymundo Damasceno de Assis, secretário-geral da CNBB, ao lançar a campanha, em Brasília. O número de analfabetos e crianças fora da escola, o descaso com a formação dos professores e as dificuldades das classes mais baixas terem acesso à escola foram os principais problemas apontados no documento lançado pela CNBB.

O texto-base não suaviza as críticas: “Os governos investem pouco e mal na educação escolar, os professores são muito mal pagos e têm formação frágil, as escolas não oferecem a qualidade necessária de ensino”. O ministro da Educação, Paulo Renato, só vai se pronunciar sobre isso quando receber oficialmente o documento.

As iniciativas do governo federal em relação à educação são

vistas com desconfiança. “Pelos dados que temos até agora, não se pode dizer que a educação é prioridade no país”, disse dom Damasceno. Um dos principais pontos levantados pelos bispos é a taxa de analfabetismo.

ANALFABETOS

O Brasil é um dos países com maior número de analfabetos no mundo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 22,8 milhões. Números da Fundação Getúlio Vargas — tirados de um estudo das Nações Unidas — apontam para 32 milhões. O Ministério da Educação (MEC) trabalha com 16 milhões. “De qualquer forma é um número muito alto”, afirmou o secretário-geral.

Os critérios para investimento dos recursos destinados à educação também foram alvo da CNBB. O MEC aplica 54,7% — dados do próprio ministério — no ensino superior, que atende pouco mais de 1,5 milhão de brasileiros. O ensino fundamental e os programas de erradicação do analfabetismo, de acordo com dados do Tribunal de Contas da União (TCU), receberam apenas 1% das verbas.

A Igreja pretende incentivar governos, empresas e cidadãos a aplicar em programas como o bolsa-escola, do petista do Distrito Federal. “É a única forma de famílias pobres, que precisam da renda extra conseguida pelas crianças, colocarem seus filhos para estudar”, disse o padre Francisco Wloch, secretário executivo da campanha.